

EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO: O “VALOR” DE UMA FORÇA DE TRABALHO (DE)FORMADA

ENTREPRENEURSHIP AND EDUCATION: THE "VALUE" OF A (DE)FORMED WORKFORCE

EMPRENDIMIENTO Y EDUCACIÓN: EL “VALOR” DE UNA FUERZA DE TRABAJO (DE)FORMADA

Potiguará Mateus Porto de Lima¹ 0000-0002-7844-7158

Bruno Modesto Silvestre² 0000-0002-4147-1306

¹Universidade Estadual de Campinas – Campinas, São Paulo, Brasil; p011684@dac.unicamp.br

²Universidade de Pernambuco – Recife, Pernambuco, Brasil; bruno.modesto@upe.br

Resumo:

O objetivo do trabalho é analisar o documento *Entrepreneurship in education*, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De forma específica, pretende-se identificar a concepção de empreendedorismo e as formulações sobre a categoria valor presentes na publicação. Para isso, apresentam-se considerações gerais sobre as relações entre neoliberalismo e empreendedorismo, de modo a situar este fenômeno dentro das estratégias contemporâneas de acumulação de capital. Em seguida, são analisadas as formulações da OCDE sobre empreendedorismo e educação, a fim de problematizar a relação entre empreendedorismo e criação de valor. Nessa perspectiva, retoma-se a formulação presente no capítulo IV de “O Capital”, que lança luz sobre como o valor é criado na sociedade a partir das transformações ocorridas nos processos de trabalho. Como conclusão da análise documental e com o retorno à formulação marxista da categoria “valor”, sustenta-se que perspectivas frágeis da noção de criação de valor, como aquelas subjacentes às ideias analisadas sobre educação e empreendedorismo da OCDE, contribuem para distanciar a formação educacional dos trabalhadores da compreensão sobre os fundamentos da dinâmica socioeconômica que determina as crescentes desigualdades de riqueza e poder na sociedade capitalista.

Palavras-chave: empreendedorismo; OCDE; organismos internacionais; neoliberalismo; política educacional

Abstract:

The objective of this paper is to analyze the document *Entrepreneurship in Education*, published by the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). More specifically, it aims to identify the concept of entrepreneurship and the formulations concerning the category of value present in the publication. To this end, general considerations on the relationship between neoliberalism and entrepreneurship are presented in order to situate this phenomenon within contemporary strategies of capital accumulation. Next, the OECD’s formulations on entrepreneurship and education are analyzed to question the relationship between entrepreneurship and value creation. From this perspective, the formulation found in Chapter IV of “Capital” is revisited, which sheds light on how value is created in society based on transformations in labor processes. Based on the documentary analysis and the return to the Marxist formulation of the category “value,” the paper concludes that fragile notions of value

creation—such as those underlying the OECD's ideas on education and entrepreneurship—contribute to distancing workers' educational formation from an understanding of the foundations of the socioeconomic dynamics that determine the growing inequalities of wealth and power in capitalist society.

Keywords: entrepreneurship; OECD; international organizations; neoliberalism; education policy

Resumen:

El objetivo de este trabajo es analizar el documento *Entrepreneurship in Education*, publicado por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE). De forma específica, se pretende identificar la concepción de emprendimiento y las formulaciones sobre la categoría valor presentes en dicha publicación. Para ello, se presentan consideraciones generales sobre las relaciones entre neoliberalismo y emprendimiento, con el fin de situar este fenómeno dentro de las estrategias contemporáneas de acumulación de capital. A continuación, se analizan las formulaciones de la OCDE sobre emprendimiento y educación, con el objetivo de problematizar la relación entre emprendimiento y creación de valor. Desde esta perspectiva, se retoma la formulación presente en el capítulo IV de “El Capital”, que arroja luz sobre cómo se crea el valor en la sociedad a partir de las transformaciones ocurridas en los procesos de trabajo. Como conclusión del análisis documental y con base en el retorno a la formulación marxista de la categoría “valor”, se sostiene que las nociones frágiles de creación de valor — como las que subyacen a las ideas de la OCDE sobre educación y emprendimiento— contribuyen a alejar la formación educativa de los trabajadores de la comprensión de los fundamentos de la dinámica socioeconómica que determina las crecientes desigualdades de riqueza y poder en la sociedad capitalista.

Palabras clave: emprendedorismo; OCDE; organizaciones Internacionales; neoliberalismo; política educativa

Introdução

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1970, quando o neoliberalismo se tornou uma das estratégias centrais do capital para o enfrentamento da crise do padrão taylorista/fordista de produção e para a recuperação das taxas de lucro (Antunes, 2018; Harvey, 2008), a noção de empreendedorismo ganhou destaque e vem se tornando cada vez mais presente em diversas esferas da vida social. Isso porque, em um cenário em que a lógica de mercado passa a ser legitimada e naturalizada, consolidando-se como o espaço social por excelência, esse ideário encontra um terreno fértil para o seu desenvolvimento (Amorim; Moda; Mevis, 2021; Reis; Shiroma, 2023).

Tal movimento, no entanto, carrega consigo uma mudança de entendimento sobre “ser empreendedor”. Se, no período anterior, essa figura estava relacionada ao empresário-proprietário, com a emergência do neoliberalismo a ideia é deslocada para o empresário de si, com a habilitação de diversos modos de se empreender que não estão necessariamente ligados à esfera da produção, criando as condições para que os sujeitos se identifiquem e se tornem, mesmo que apenas na aparência, empreendedores (Amorim; Moda; Mevis, 2021).

No Brasil, a disseminação da noção de empreendedorismo ganha força desde a década de 1990, no mesmo período de implementação das primeiras políticas neoliberais no país. O empreendedorismo, nesse contexto, foi apresentado como uma panaceia frente ao aumento do número de pessoas desempregadas, contando com o papel ativo do Estado na implementação de políticas e no fomento de programas de qualificação profissional voltados à formação de “empreendedores” (Amorim; Moda; Mevis, 2021). Mais recentemente, além dos índices de desemprego, a precariedade e a alta informalidade¹ também recebem o mesmo incentivo estatal como resposta. O empreendedorismo, desse modo, vem se configurando como uma forma velada de trabalho assalariado, disseminando e ampliando as distintas formas de flexibilização salarial, de jornada laboral e da própria organização do trabalho (Antunes, 2018).

Para além das políticas que incidem diretamente nas relações de trabalho, a educação também tem sido um campo fértil de propagação do empreendedorismo (Catini, 2020; Freitas, 2018; Reis; Shiroma, 2023). Freitas (2018), ao discutir os impactos das reformas empresariais na educação, destaca que o neoliberalismo compreende a educação sob a ótica do livre mercado, segundo a qual a própria liberdade de escolha e os fatores inerentes ao mercado garantiriam o avanço social com eficiência e qualidade. Os cidadãos, dentro dessa visão de mundo, estão racionalmente inseridos nessa lógica mercantil e o seu esforço (mérito) é o que define sua posição social. “O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o ‘empreendimento’ que expressa o ‘empreendedorismo’ dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a ‘empresa’” (Freitas, 2018, p. 31).

Alves, Klaus e Loureiro (2021) analisam a “educação empreendedora” sob a perspectiva de que a “atitude empreendedora” não é mais uma opção, mas uma referência normativa nas sociedades contemporâneas, que leva o sujeito a se conceber como uma empresa e a aceitar os riscos inerentes a essa situação. Assim, em uma competição generalizada de todos contra todos, o estudante passa a ser responsabilizado pela sua própria formação, pelo seu “sucesso” ou pelo seu “fracasso” (Alves; Klaus; Loureiro, 2021, p. 14). Nesse mesmo sentido, Bernardes e Voigt (2022, p. 117) destacam que a noção empreendedora força o sujeito a “funcionar como uma empresa em situação de concorrência”, o que legitima a autoexploração na medida em que “o desempenho passa a ser naturalizado como uma autorrealização e otimização para uma suposta livre iniciativa na vida e nas relações pessoais” (idem, p. 119). Os autores associam esse “ethos

¹ Mesmo em diferentes períodos econômicos a taxa de informalidade no Brasil sempre se mantém próxima a 40% da população ocupada, algo em torno de 40 milhões de trabalhadores (DIEESE, 2024).

empreendedor” a referências curriculares que buscam levar o estudante a “gerir o próprio futuro”, assim como as aprendizagens que lhe são necessárias, sua avaliação e proposição de novas formas de agir (Bernardes; Voigt, 2022, p. 120).

As referências destacadas acima e outras análises apontam que nos últimos anos, no Brasil, acumulam-se políticas educacionais que expressam a intencionalidade do setor empresarial, o que pode ser observado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na Reforma do Ensino Médio e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020; Pereira, 2019). O Novo Ensino Médio (NEM) e a BNCC, nesse sentido, com a padronização de um currículo de competências e habilidades e a proposição de itinerários formativos que buscam trabalhar habilidades socioemocionais, projeto de vida, educação financeira, entre outros, abrem um caminho ainda maior para a disseminação do empreendedorismo na educação² (Catini, 2020; Nascimento *et al.*, 2023; Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020).

O empreendedorismo, assim, se insere dentro de uma matriz ideológica³ que as classes dominantes tentam tornar universal, à medida em que: “A inclusão do empreendedorismo no currículo escolar e sua difusão massiva educa os trabalhadores a pensar como empresários, camuflando discursivamente a cisão da sociedade em classes e a sua própria condição como classe trabalhadora” (Reis; Shiroma, 2023, p. 70).

Estormovski e Silva (2024) acrescentam o elemento afetivo à problemática, na medida em que questionam as competências socioemocionais relacionadas ao “empreendedorismo de si” e apontam criticamente para a necessidade de formação docente com “debates curriculares aprofundados e espaços de escuta e acolhimento que ultrapassam intenções de gerenciamento afetivo e de adestramento emocional” (Estormovski; Silva, 2024, p. 16). Junto à construção ideológica do empresariamento geral e da privatização do maior leque possível de atividades humanas, há uma ênfase na desregulamentação de direitos sociais e da capacidade de intervenção estatal, processos que são justificados como formas para não obstaculizar o desenvolvimento de atividades empreendedoras.

A difusão do empreendedorismo na educação ocorre por iniciativas educacionais do Estado, pelo setor dos reformadores empresariais da educação e também por Organismos

² Vale destacar que tais políticas têm como alvo sobretudo a juventude pobre, para a qual o “ensino do empreendedorismo é uma forma de gestão da pobreza não apenas pelo trabalho compulsório, mas também pelo disciplinamento a uma nova ordem do capital” (Catini, 2020, p. 66).

³ O conceito de ideologia é aqui compreendido, conforme discutido por Chauí (2025), como o conjunto de ideias produzidas e difundidas pela classe dominante como modo de legitimar as condições sociais de exploração e dominação.

Internacionais, a exemplo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A OCDE é uma organização multilateral que congrega as principais economias capitalistas e tem papel-chave na formulação e indicação de políticas contemporâneas de governança, que procura reconfigurar a estrutura e funcionamento estatais segundo moldes e interesses da iniciativa privada (Pereira, 2019).

A OCDE, para além das ingerências nas políticas educacionais com orientações de governança corporativa, da disseminação da política de verificação/avaliação por meio do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) (Pereira, 2019), realiza proposições de políticas e difusões de ideários mais amplos sobre educação por meio de seu Comitê de Políticas Educacionais (*Education Policy Committee*), criado em 2007. Nessa perspectiva, em documento publicado em 2015, intitulado “*Entrepreneurship in education*” (Empreendedorismo na Educação), a organização apresenta o que considera serem os desafios e as oportunidades do empreendedorismo para o campo educacional (Lackéus, 2015).

Em tal cenário, a análise de documentos referentes ao empreendedorismo e educação pode se configurar como um passo importante para a compreensão dos fundamentos e estratégias dos setores empresariais para inserir e naturalizar essa referência de sociabilidade neoliberal nos diversos níveis de ensino. Com isso em vista, o objetivo deste artigo consiste em analisar o documento *Entrepreneurship in education*, publicado pela OCDE. De forma específica, pretende-se identificar a concepção de empreendedorismo e as formulações sobre a categoria “valor” presentes na publicação.

Ao seguir por esse caminho, em um primeiro momento, avaliamos o referido documento, que se constitui como uma publicação representativa dos esforços de implementação do empreendedorismo na educação em âmbito global. O exercício de delimitação das referências teórico-conceituais mobilizadas por atores hegemônicos nos levou, na sequência, à concepção defendida de “empreendedorismo como criação de valor para os outros”, o que, por sua vez, nos remeteu à investigação do que se entende por “valor” em tal registro. Diante desses elementos, verificamos uma negação superficial do debate clássico sobre o valor-trabalho e a defesa de uma perspectiva múltipla e eclética de criação de valor.

Na última seção do texto, inspirados pela leitura do capítulo 4 do livro “O Capital” (“Transformação do Dinheiro em Capital”), traçamos algumas referências conceituais sobre a situação dos trabalhadores na dinâmica geral de produção e acumulação de riquezas em sociedades capitalistas, com referências à teoria do valor-trabalho como base para os processos de troca mercantis e à força de trabalho como mercadoria especial e necessária à acumulação

capitalista (valorização do valor), em função e apesar de os trabalhadores serem mantidos na condição de insegurança e pobreza.

Nas conclusões, argumentamos que a universalidade curricular do empreendedorismo na escola pública, tendo em vista que praticamente a totalidade dos alunos pertencem à classe trabalhadora e estão/estarão submetidos às condições estruturais da economia e do mundo do trabalho capitalistas, não preparam os estudantes para o pensamento crítico sobre os desafios sociais contemporâneos, tampouco oferecem recursos analíticos para que possam se situar como sujeitos históricos capazes de se organizar para enfrentar os problemas sociais. Sustentamos que a ilusão de potência individual (pressupondo indivíduos racionais e autônomos) no mundo econômico, alimentada pela ideologia empreendedora, desconsidera o fundamento da produção de riqueza em sociedades capitalistas e que, tendo isso em vista, é necessário um programa político e educacional que atue contra a desorganização dos trabalhadores enquanto força coletiva capaz de interferir na disputa de poder e na reorganização profunda da sociedade.

Empreendedorismo na educação: a concepção da OCDE

Reis e Shiroma (2023), em estudo que relacionou o avanço do empreendedorismo ao aprofundamento de políticas neoliberais, examinaram o documento da OCDE intitulado “*A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship*”, publicado em 2007. O documento buscava criar referências quantitativas para a mensuração do empreendedorismo nos países membros dessa organização. Conforme a análise realizada, os autores percebem que a definição de empreendedorismo apresentada admite a ideia de uma cultura empreendedora ou de um *ethos* empreendedor também para os trabalhadores:

A disjunção entre o sujeito que empreende e a atividade empreendedora possibilita admitir a existência de seres sociais que não são proprietários de empresas (trabalhadores assalariados, diretores executivos, investidores, entre outros) mas que promovem atividades empreendedoras em empresas que não são de sua propriedade. Essa definição se torna operacional quando se discute a formação empreendedora e das habilidades empreendedoras, notadamente direcionadas para formação da força de trabalho, tanto pela educação formal quanto pela criação de um *ethos* empreendedor compreendido culturalmente (Reis; Shiroma, 2023, p. 61).

Com base nesse entendimento, o empreendedorismo adquire uma função ideológica de ocultamento da exploração dos trabalhadores, “naturalizando a desigualdade e o desemprego” (Reis; Shiroma, 2023, p. 70). O fato é que, para além dos aspectos mais gerais relacionados à noção de empreendedorismo trabalhada pela OCDE, a organização elege a formação

empreendedora e a educação propriamente dita como um campo de disputa ideológica e também passa a direcionar esforços na construção de concepções empreendedoras para a educação.

Em documento publicado em 2015, intitulado “*Entrepreneurship in education*”, a OCDE apresenta o que considera serem os desafios e as oportunidades do empreendedorismo na educação e constrói a ideia de que “todos os estudantes podem e devem treinar suas habilidades e disposição para criar valor para outras pessoas” (Lackéus, 2015, p. 6, tradução nossa). Com essa concepção subjacente – aqui compreendida como a capacidade de criar valor para os outros – o referido documento apresenta os motivos, o momento e a forma como o empreendedorismo deve ser trabalhado na educação.

As formulações apresentadas são articuladas com aquilo que o autor do documento, Martin Lackéus, reconhece como raízes teóricas do desenvolvimento de competências empreendedoras. Com base nesse referencial, são situadas duas acepções de empreendedorismo na educação: a educação empresarial (*enterprise education*) e a formação em empreendedorismo (*entrepreneurship education*) (Lackéus, 2015).

No domínio educacional, os dois termos, educação empresarial e formação em empreendedorismo indicam que há duas visões bastante diferentes sobre o que se entende por empreendedorismo, uma denominada “ampla” e outra denominada “estreita” [...]. O risco de confusão e mal-entendidos é significativo, e qualquer discussão sobre educação empreendedora precisa começar esclarecendo qual definição é usada. De acordo com a definição restrita de empreendedorismo, trata-se da identificação de oportunidades, do desenvolvimento de negócios, do trabalho autônomo, da criação e do crescimento de empreendimentos, ou seja, **tornar-se um empreendedor** [...]. De acordo com a definição ampla de empreendedorismo, trata-se do desenvolvimento pessoal, da criatividade, da autoconfiança, da tomada de iniciativa, da orientação para ação, ou seja, **tornar-se empreendedor**. A definição e abordagem usadas afetam profundamente os objetivos educacionais, o público-alvo, o design do conteúdo do curso, os métodos de ensino e os procedimentos de avaliação dos alunos, levando a uma ampla diversidade de abordagens (Lackéus, 2015, p. 9, tradução própria e grifos nossos).

Ao se posicionar entre os que adotam uma concepção ampla de empreendedorismo, o autor do documento se contrapõe à ideia de que os empreendedores seriam “homens (indivíduos) heroicos com traços inatos e que têm predisposição para trabalhar sozinhos sob condições adversas” (Lackéus, 2015, p. 10, tradução nossa). A visão apresentada compreende a ideia de que qualquer um pode aprender através de uma educação básica em empreendedorismo. Assim, mediante a utilização de princípios e métodos (técnicas), o autor

propõe a adaptação da proposição de John Dewey de aprender fazendo (*Learning-by-doing*) para aprender criando valor⁴ (*Learning-by-creating-value*) (Lackéus, 2015, p. 11).

O autor destaca que as competências empreendedoras podem ser classificadas em dois tipos gerais: cognitivas e não cognitivas. Em seguida, apresenta a perspectiva de mudança de paradigma, passando de um ensino tradicional para um ensino empreendedor. Além desses elementos, argumenta sobre a existência de um déficit problemático na sociedade de novas e inovadoras atividades criadoras de valor (Lackéus, 2015).

Em relação ao trabalho docente, o documento sustenta que negligenciar as competências empreendedoras não cognitivas levaria a uma desprofissionalização dos professores. Contudo, o documento da OCDE também traz a leitura de que os professores veem o empreendedorismo na educação como uma “ameaça sombria” (*dark threat*). São algumas poucas palavras, dispersas ao longo das dezenas de páginas, para tratar do assunto de uma maneira superficial, estigmatizada e, ao que transparece, com traços de ironia, como se fosse um pressuposto não caber nenhuma crítica ao capitalismo, tampouco ao papel ideológico do empreendedorismo para a reprodução do capitalismo contemporâneo:

A ênfase nos efeitos econômicos tem até agora dificultado uma adoção generalizada da educação empreendedora nas partes restantes do sistema educacional. Em vez disso, ela é frequentemente vista como uma “ameaça sombria” pelos professores, afirmando que a “face feia do capitalismo” está agora entrando nas instituições educacionais (Lackéus, 2015, p. 18, tradução própria).

Cabe uma observação sobre as frequências dos termos *capital* e *capitalism* no trabalho de Lackéus (2015), com nenhuma ou apenas uma menção, respectivamente, enquanto os termos *social*, *society* e *societal* têm, respectivamente, 20, 20 e 10 menções. Ou seja, o documento apresenta, com razoável frequência, os termos relacionados à sociedade, mas em nenhum momento há a caracterização daquilo que remete ao social enquanto inserido em uma sociedade capitalista.

Também é relevante notarmos a referência construída por Lackéus (2015) para formalizar e universalizar o empreendedorismo na educação como um projeto que articula maior fundamentação teórica conjugada com o espraiamento de atividades educacionais empreendedoras práticas:

No futuro, esperamos também ver mais pesquisas e práticas em níveis primário e secundário de educação, estudando e aplicando abordagens fundamentadas em que o empreendedorismo é integrado ao currículo existente. Isso pode ajudar a equilibrar o

⁴ Na visão de Lackéus (2015) os valores criados pelo empreendedorismo podem ser de natureza financeira, cultural ou social.

foco atual que recai em cursos e programas baseados em abertura de negócios no ensino superior, para que uma futura resposta para a pergunta "Por que a educação empreendedora é relevante?" ressoe melhor para todos os alunos e professores em todos os níveis de educação, diferentemente do que ocorre hoje (Lackéus, 2015, p.22, tradução própria).

Os modelos de progressão e esquemas de aprendizagem para educação empreendedora revelam o caráter pragmático e esquemático dessa “vertente pedagógica”, que reivindica o aprendizado de empreendedorismo na educação em todos os níveis de ensino e que postula que é tanto melhor quanto mais cedo for iniciado tal aprendizado, embora nunca seja tarde para começar:

O futuro também trará, esperançosamente, uma consciência de que qualquer idade é a idade certa para introduzir tarefas em que **os alunos usam suas competências para criar valor inovador para pessoas fora das escolas e universidades**. Mais cedo é, claro, melhor, pois permite uma melhor progressão, mas nunca é tarde demais para começar (Lackéus, 2015, p. 26 – tradução própria e grifos nossos).

Como Lackéus (2015) não se propõe a uma visão crítica da sociedade capitalista, observa-se no texto a romantização da ideologia empreendedora, uma romantização tamanha que o leva à associação entre empreendedorismo e altruísmo:

A pesquisa em psicologia também explica por que uma abordagem de aprendizagem por meio da criação de valor pode aumentar a motivação, tendo mostrado que a motivação e o prazer do aluno são aprimorados por meio de ações que são percebidas como controláveis e valiosas, e que a participação em atividades valiosas e desafiadoras orientadas a objetivos pode resultar em fortes sentimentos de confiança, felicidade e motivação. Na verdade, o empreendedorismo tem sido descrito como atos altruístas de ajudar os outros [...] um “paradoxo altruísta” na medida em que ficamos muito mais motivados fazendo o bem aos outros hoje do que fazendo o bem a nós mesmos em um futuro distante (Lackéus, 2015, p. 19, tradução própria).

Em outro trecho, no qual reivindica Vygotski como referência, Lackéus (2015) propõe um modelo no qual há um reforço mútuo entre aprendizagem e criação de valor, estabelecendo uma correlação entre criação de valor e “externalização da atividade [humana] em artefatos” (Lackéus, 2015, p. 28). A referência a Vygotski é contraditória, pois revela o ecletismo e a fragilidade das formulações de Lackéus; afinal, se utiliza de um autor de outro campo teórico, crítico ao capitalismo, para sustentar uma perspectiva idealista e apologista do desenvolvimento do atual modo de produção, sem considerar as determinações históricas, materiais e políticas que atravessam a obra vygotkiana.

Em suma, ao se analisar este documento da OCDE (Lackéus, 2015), nota-se que a ideia de “criação de valor” permeia a argumentação como um todo. Contudo, não há nenhuma definição ou referência que fundamente essa ideia, apesar de ela se mostrar central à concepção de empreendedorismo apresentada. Por isso, na próxima seção, é discutida a tentativa de

desenvolvimento desta concepção de valor, pelo mesmo autor do documento em questão, elaborada em publicação posterior (Lackéus, 2018).

Empreendedorismo e a “criação de valor para os outros”

Três anos após o documento que analisamos acima (Lackéus, 2015), encontramos uma outra publicação em que Lackéus (2018) procura organizar sua visão de educação empreendedora a partir da discussão com duas perspectivas de educação ligadas ao empreendedorismo e do apontamento de limitações em cada uma delas:

Educação empreendedora baseada em uma lógica de *start-up* empresarial (Gartner, 1989) é problemática para muitos professores devido às suas conotações com o capitalismo (Rae, 2010). Educação empreendedora baseada em uma lógica de identificação de oportunidades (Shane, 2003; QAA, 2012) sofre de imprecisão e efeitos fracos sobre os alunos (Moberg, 2014; Leffler, 2009) (Lackéus, 2018, p. 12, tradução própria).

O engajamento que Lackéus (2018) apresenta para a disseminação da educação empreendedora tem a preocupação central de conseguir contornar a resistência docente a tal proposta em função de sua apologia e incentivo ao funcionamento do capitalismo, o que o autor chama de “conotações com o capitalismo”. Por meio de uma revisão bibliográfica relacionada à economia e sociologia, Lackéus (2018) se propõe a “desenvolver uma estrutura analítica para diferentes tipos de valores” (Lackéus, 2018, p. 12) e, assim, sustentar melhor sua defesa de uma educação empreendedora com uma abordagem de criação de valor; uma abordagem múltipla que consiga incidir mais fortemente sobre os alunos.

O autor, nessa perspectiva, apresenta um esquema com cinco eixos de valores: o econômico, o de satisfação, o social, o de harmonia e o de influência. O primeiro eixo estaria voltado ao próprio indivíduo (valor para si mesmo), os demais, a valores para os outros. Mas, para estabelecer essa sua visão múltipla da noção de valor, o autor se propõe a um balanço sobre formulações de valor existentes nos últimos séculos. E é no contexto deste seu esforço que destacamos a síntese da discussão que o autor faz em relação à Economia Clássica:

O termo “economia clássica” se refere a ideias desenvolvidas por um pequeno, mas influente grupo de economistas clássicos nos séculos 18 e 19. Um tema-chave na economia clássica foram as teorias de valor baseadas na substância desenvolvidas por Quesnay (1758), Smith (1776), Ricardo (1817) e Marx (1867). Todas essas teorias de valor, agora amplamente abandonadas, afirmavam que o valor “natural” dos bens era determinado por alguma substância objetivamente identificável usada para sua produção, como milho, estoque ou tempo de trabalho. A mudança na década de 1870 para longe dessas teorias de valor de substância objetiva [...] foi tão abrupta que o termo “valor” foi considerado muito ambíguo, não científico e perigoso e, portanto,

abandonado e delegado à “lata de lixo da história pela economia convencional” (Lackéus, 2018, p. 16, tradução própria).

A síntese de Lackéus (2018) nos parece limitada ou mesmo leviana, pois em nenhum momento faz menção ao trabalho e à produção social como categorias centrais que os autores citados relacionaram à categoria valor. E, como já observado em seu texto anterior (Lackéus, 2015), não há nenhuma problematização em relação à dinâmica do capitalismo. Dessa forma, não é de se estranhar também que não haja nenhuma menção de que o desenvolvimento teórico relacionado ao valor tenha se dado como forma de se entender o funcionamento da sociedade capitalista, que tem expansão e consolidação justamente a partir da metade do século XVIII, com a Revolução Industrial. Sem tais considerações ou qualquer contextualização histórica, o autor se apressa em proclamar o caráter “ambíguo, não científico e perigoso” do termo valor e a “jogá-lo na lata de lixo da história da economia convencional” (Lackéus, 2018, p. 16).

Após a construção dessa frágil argumentação, Lackéus (2018) apresenta sua visão apologética das teorias de utilidade marginal:

Tanto a economia neoclássica quanto a neoliberal assumem uma posição semelhante ao valor expressa por Smith e Bentham: o que é valioso depende simplesmente do destinatário do valor determinar — o consumidor que maximiza a utilidade exercendo sua liberdade de escolha. Aqui, o termo usado não é “valor”, mas sim “utilidade”, semanticamente e conceitualmente em linha com o utilitarismo de Bentham. Isso representa uma visão subjetiva do valor (Meynhardt; Von Müller, 2014), e foi introduzido na década de 1870 por Walras (1874), Menger (1871) e Jevons (1871). Essas teorias de valor foram todas, independentemente umas das outras, inspiradas por novas descobertas na física em torno de equações de energia de campo (Mirowski, 1991). Elas permitiram resolver a discrepância intrigante entre o valor “natural” (ou seja, objetivo) dos bens e os preços de mercado flutuantes (Meynhardt; Von Müller, 2014). A solução foi simplesmente dizer que o valor de mercado é o valor dos bens, ilustrado em termos matemáticos como um campo de força de diferentes níveis de utilidade, e que não existe algo como um valor “natural” dos bens. O uso de equações de campo também permitiu precisão matemática e complexidade sem precedentes em cálculos econômicos de utilidade, abrindo caminho para novos níveis de análise, explicação e previsão (Lackéus, 2018, p. 16-17, tradução própria).

A diferença de abordagem entre as duas escolas econômicas é um indicativo da adesão à visão subjetivista de valor, que inclusive troca o termo “valor” por “utilidade” e tira o foco da produção e das relações de classe entre burguesia e trabalhadores para se centrar no “destinatário do valor”, o indivíduo consumidor. Lackéus (2018) apresenta com certo vislumbre o potencial explicativo dos esquemas interpretativos neoclássicos e neoliberais e insiste na ideia de que a Economia Clássica buscava um valor “natural” dos bens, quando na verdade era investigado como a dinâmica econômica implica em determinadas relações sociais sob o modo capitalista de produção. Mas, se por um lado Lackéus (2018) trata superficialmente o debate histórico sobre a categoria valor (e escolhe uma perspectiva teórica que nega o valor-trabalho

como referência explicativa da dinâmica capitalista), por outro lado, o próprio autor também entende ser necessário reivindicar uma ideia de valor:

A ênfase resultante na demanda (ou seja, utilidade) e a conseqüente negligência da oferta (ou seja, criação de valor) levaram, no entanto, a limitações significativas na capacidade de explicar fenômenos relativos à criação de novo valor, que é um tópico-chave no empreendedorismo (Lackéus, 2018, p. 16, tradução própria).

Apesar de demonstrar predileção pela teoria da utilidade marginal, mais preocupada em justificar e operacionalizar o capitalismo do que em explicá-lo, o autor postula que o empreendedorismo lida fundamentalmente com “a criação de novo valor” e, por isso, se propõe a construir referências de valor para tanto. Entretanto, dada sua escolha por uma teoria econômica acrítica e apologética do capitalismo, sua construção de referências de criação de valor ocorre de forma pragmática e subjetivista. É pragmática na medida em que reivindica o valor na perspectiva da gestão estratégica de empresas, relacionada à “cadeia de valores” de uma empresa, o conjunto de atividades criadoras de valores que estarão direta ou indiretamente vinculadas ao interesse dos clientes por seus produtos. E é subjetivista na medida em que Lackéus (2018) reivindica uma visão sociológica pluralista, sem referências objetivas à realidade, da qual emergirá um esquema com cinco protótipos de criação de valor associados com cinco diferentes esferas humanas (mundo do mercado, mundo da fama, mundo da inspiração, mundo doméstico e mundo cívico). Para cada esfera serão estabelecidas respectivas referências de comportamento econômico, motivação psicológica, bem-estar psicológico, uma postura empreendedora e um tipo de criação de valor. Por fim, na discussão ao final do artigo, Lackéus aponta que seu esforço procurou abarcar:

[...] a importância de ver múltiplos tipos de valor como simultaneamente integrados, a importância de considerar as perspectivas egoístas e altruístas sobre o valor e o risco de desencaixar o valor econômico para si mesmo das outras [...] perspectivas sobre o valor apresentadas aqui [e que:]
As muitas estruturas e publicações estabelecidas e bem pesquisadas [...] aumentam a probabilidade de que ela cubra a maioria das perspectivas essenciais sobre valor a serem encontradas (Lackéus, 2018, p. 24, tradução própria).

A análise das formulações de Lackéus (2018) permite notar dois pontos importantes relacionados às tentativas de implementação do empreendedorismo na educação: em primeiro lugar, a construção acrítica, eclética e frágil associada à tentativa de dar status científico-epistemológico ao conceito de empreendedorismo e, em segundo, a reivindicação da criação de valor, tentando habilitar a ideologia dominante, por meio do *ethos* empreendedor, a se aproximar de referências de criação de riqueza, sem que isso seja feito de uma forma crítica, remetendo à dinâmica de funcionamento do capitalismo.

Nos parece que todas essas diatribes ideológicas percorridas por aqueles que tentam habilitar teoricamente o empreendedorismo não podem ser descoladas da noção de indivíduo subjacente. Há várias maneiras por meio das quais poderíamos abordar o processo de idealização de um indivíduo racional e autônomo, que é um ponto comum aos diversos esquemas interpretativos da realidade capitalista, os quais procuram muito mais legitimar ou fazer apologia ao capitalismo (do que interpretá-lo como sistema de relações sociais) ou, melhor dizendo, garantir as condições subjetivas (a aceitação) para a dinâmica de acumulação capitalista. Nesse sentido, é possível remeter ao famoso aforismo de Margaret Thatcher de que a sociedade é algo que simplesmente não existiria, mas sim os indivíduos e suas famílias, ou remeter também a toda uma produção ideológica contemporânea em torno de “*coaches*” que têm a receita para o sucesso dos indivíduos no mercado. Junto ao âmbito político-institucional e à cultura de massas, há a produção de intelectuais orgânicos aos interesses burgueses que deram e dão sustentação à formulação do individualismo metodológico. E todos esses âmbitos, político, cultural e intelectual, articulados pela ação de “*think tanks*” e organizações diversas, remetem à dimensão programática que a ideologia individualista, que nega a luta de classes, tem em sociedades capitalistas.

Com isso em vista, situar o debate do empreendedorismo na educação é uma maneira de mapear como esse programa ideológico individualista se organiza no âmbito das políticas e práticas educacionais. Todas as características esperadas para o indivíduo empreendedor são aquelas disposições subjetivas necessárias para a deformação dos sujeitos em acrílicos, resignados e adaptáveis aos problemas sociais de nosso tempo.

Parece-nos importante, neste ponto, retomarmos a tradição de pensamento que avalia os fenômenos ideológicos tendo em vista suas bases materiais e, por isso, dedicamos a próxima seção a uma breve retomada do conceito de valor a partir da forma como se organizam a produção e a circulação dos elementos necessários aos processos de trabalho e das riquezas deles decorrentes em sociedades capitalistas.

Valor e relações sociais de produção sob o capitalismo

O capítulo 4 d’O Capital (Transformação do dinheiro em capital) parte das diferenças entre os dois circuitos da circulação envolvendo mercadoria (M) e dinheiro (D), representados por: M-D-M e D-M-D. O circuito M-D-M se inicia e termina com mercadorias, enquanto valores de uso, tendo o dinheiro a função de intermediário que permite a compensação das mercadorias intercambiadas segundo seus valores, que correspondem aos tempos médios de

trabalho socialmente necessários para produzi-las, podendo, portanto, ser comparadas quantitativamente por uma propriedade qualitativa comum. Já no segundo circuito, D-M-D, é o próprio dinheiro como expressão de valor (encarnação do tempo de trabalho socialmente necessário, mas que não tem um valor de uso em si) que se situa nas extremidades e, por isso, finalizado, o processo não se encerra enquanto compensação ou intercâmbio entre valores de uso, como no caso anterior. Ou seja, não são valores de uso diferentes que se situam nas duas extremidades (no início e fim do processo), como ocorre no primeiro caso (M-D-M), mas sim o mesmo valor, a mesma substância ou qualidade, só que em uma quantidade diferente; e por isso é preciso corrigir a expressão D-M-D por D-M-D' para que o processo de circulação não seja “insosso e sem conteúdo”, se os valores permutados, primeiro D-M (dinheiro trocado por mercadoria) e depois M-D (mercadoria trocada por dinheiro), redundassem na mesma quantidade de D. A ideia de “refluxo do dinheiro” ao ponto inicial é central aqui, mas não qualquer refluxo, e sim um refluxo com acréscimo; por isso é necessário tornar a fórmula mais precisa indicando através de “(linha)” essa diferença de quantidade: D-M-D'; sendo $D' = D + \Delta D$.

Assim, o processo D-M-D' assume uma dimensão de retorno ampliado e, por se tratar novamente de D ao final, já há um indicativo de que o processo é potencialmente repetitivo. De fato, na medida em que gerar mais dinheiro é conveniente, o processo na prática irá se repetir, e a repetição será tão mais ilimitada quanto possível. Situação muito diferente do processo M-D-M, que se encerra em si: valores de uso foram trocados e ponto. O que permite essa dinâmica diferente do processo D-M-D' é justamente o incremento de valor (ΔD), chamado de mais-valia.

Nesse momento da obra de Marx, aparece então uma primeira definição de capital como “valor que se valoriza”; sendo a circulação de capital (que mobiliza e se faz dinheiro e mercadorias, em expansão) a “valorização do valor” (Marx, 1988a, p. 125).

Identificada essa mercadoria, que permite e leva à transformação do dinheiro em capital, Marx traça considerações sobre o valor dessa mercadoria: “Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém [...] um elemento histórico e moral” (Marx, 1988a, p. 137). Há, assim, referências culturais que marcam o que é necessário para reproduzir a força de trabalho, para que possa continuar existindo enquanto tal (força de trabalho), ou seja, estar continuamente à disposição para os processos de produção de mais-valia e ampliação do capital. Isso inclui processos de “formação ou educação” (Marx, 1988a, p. 138).

A circulação simples (M-D-M) não pode originar capital, que é gerado no processo D-M-D'. É preciso entender o significado desse M intercalado entre D e D', que é a chave da valorização do valor. Esse M é comprado por D e depois vendido por D'. Se não houvesse nenhuma mudança de propriedade associada a M, simplesmente não faria sentido lógico que a compra de uma determinada quantidade de valor D gerasse a venda de uma quantidade maior de valor D', muito embora haja tradições vulgares que sugerem que o mundo econômico seria regido por transações enganadoras, em que os agentes econômicos sempre venderiam algo mais caro do que compram. Isso restringiria a geração de riqueza simplesmente à esfera da circulação, sem considerar os processos de produção de mercadorias, o que seria completamente insustentável dentro de uma lógica de acumulação de riqueza baseada em artimanhas espertalhonas de comerciantes de mercadorias. A circulação não deixa de ser um requisito ou uma condição para a transformação de dinheiro em capital, mas certamente não é uma condição suficiente. Por isso, Marx diz: “Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação” (Marx, 1988a, p. 134). Para equacionar esse enigma, essa contradição, é necessário encontrar uma mercadoria cujo valor de uso ou consumo seja em si criação de valor. Uma mercadoria que, apesar de ser captada na circulação, entre em um movimento ou processo produtivo capaz de gerar riqueza ao ser consumida. Essa mercadoria especial existe e é a força de trabalho (Marx, 1988a, p. 135). Assim, o dinheiro que participa do processo D-M-D', na verdade, faz parte (como capital variável que compra a mercadoria força de trabalho) do montante de capital que comanda o processo de extração de mais-valia. Esse esclarecimento de Marx é tão profundo e perigoso que os economistas burgueses, desde então, se dedicam teórica e obstinadamente a refutar a teoria do valor-trabalho, abandonando os esforços genuínos de economistas clássicos em compreender a dinâmica capitalista. Negar objetividade às dinâmicas sociais no capitalismo passou a ser guia estratégico e metodológico da economia dominante. Por isso, nota-se o abandono do conceito objetivo de valor (que acabou indo longe demais) em favor de conceitos subjetivos de utilidade.

Mas, independentemente do valor a ser assumido pela força de trabalho, ou seja, o salário a ser pago, qualquer processo de trabalho sob a insígnia capitalista requer um trabalhador duplamente livre⁵:

⁵ Cabe destacar que essa ideia enganosa de liberdade será melhor compreendida ao longo de outras passagens d'O Capital, como a que discute a transformação de valor em salário (Marx, 1988b).

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não possui outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias a realização de sua força de trabalho (Marx, 1988a, p. 136).

O último parágrafo do capítulo é primoroso como referência poético-literária para o que acontece na passagem da circulação simples para a circulação de capital.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de sua força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o curtume (Marx, 1988a, p.141).

Os personagens do drama são apresentados em acordo a disposições subjetivas que remetem diretamente às condições objetivas que têm dentro das relações de produção capitalista. A ideologia burguesa atua incessantemente para esconder essas condições objetivas, e disso decorre o incentivo a disposições subjetivas que objetivam plasmar as diferenças estruturais entre trabalhadores e capitalistas através do estabelecimento do homem burguês como modelo universal de ser humano. Assim, teremos dois ardis ou expedientes ideológicos bastante usados: considerar como iguais capitalistas e trabalhadores, como se estivessem na esfera da circulação simples de mercadorias, e considerar todos como capitalistas ou potencialmente capitalistas (caso queiram e se esforcem para tanto), o que é a essência da ideologia empreendedora.

Conclusão

A forma de dominação de classe no capitalismo se distingue profundamente da forma como se dava em outros arranjos sociais, como em sociedades escravocratas ou servis. Talvez seja possível considerar um avanço que a relação de dominação política tenha passado a não se dar mais mediante a coerção pessoal direta, mas fundamentalmente através do mecanismo impessoal do mercado. O contexto de relações de servidão ou de escravidão não conta com essa mediação que, para ocorrer, depende do funcionamento dos mecanismos de intercâmbio do mercado. Nesse sentido, é preciso entender melhor a impessoalidade construída sob o capitalismo:

A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. [...]

A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no valor de troca [...]; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o valor de troca, ou este último por si isolado, individualizado, dinheiro. [...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso (Marx, 2011, p. 102-103).

A dimensão impessoal e hegemônica das trocas mercantis na organização social fragiliza bastante as tentativas de conferir a outras dimensões o papel central que cumprem os circuitos de valorização do capital nos processos de inserção social dos indivíduos. E é justamente sob uma multiplicidade eclética que Lackéus (2015; 2018) organiza seu esquema que estabelece diversas referências (múltiplas dimensões) para a inserção ou reconhecimento social dos indivíduos através do empreendedorismo. Esse autor parece tentar salvar sua perspectiva, que confere a mesma importância à dimensão econômica e às outras dimensões sociais, culturais ou espirituais nos processos de socialização (e “empreendedorização” dos indivíduos), através de uma visão que não estabelece de forma clara hierarquias, correlações e importâncias diferenciadas para fenômenos observados na realidade social. É um procedimento genérico e mistificador da condição objetiva da imensa maioria da população, que não pode simplesmente abstrair a centralidade das trocas mercantis para suas vidas, pois a sobrevivência cotidianamente está sob ameaça e precisa ser conquistada. Junto a isso, a imensa maioria dos seres humanos também não pode negar que, dentro de uma economia fundamentalmente mercantil, o que tem a oferecer para troca é a própria força de trabalho como mercadoria e, por isso, permanecem na expectativa de que sua força de trabalho continue sendo útil ao capital ou, para os desempregados ou subempregados, na esperança de que a força de trabalho que detêm passe a ser conveniente para a acumulação de capital.

A ideologia empreendedora hoje se articula bastante ao aperfeiçoamento de instrumentos técnicos e ideológicos. As TICs, por exemplo, são muitas vezes apresentadas como uma forma de ampliar a capacidade empreendedora dos indivíduos. Novas tecnologias, novas oportunidades e novos negócios. Mobilizam referências subjetivas significativas e de forma eficiente. Procuram estabelecer interlocução com os sonhos, mobilizando emoções (ou competências socioemocionais), não só prometendo um futuro diferente, mas já entregando (ainda que possamos discutir o grau de limitação com que o fazem) esse futuro de prosperidade, seja através da identidade estabelecida com empreendedores bem-sucedidos tidos como “gente

como a gente”, seja através da aceitação dos “desafios” em sua própria trajetória rumo ao sucesso como obstáculos necessários a serem ultrapassados para alcançar a prosperidade.

A universalização curricular do empreendedorismo através da escola pública, tendo em vista que praticamente a totalidade dos alunos pertencem à classe trabalhadora e estão ou estarão submetidos às condições estruturais da economia e do mundo do trabalho capitalistas, não prepara os estudantes para o pensamento crítico sobre os desafios sociais contemporâneos, tampouco oferece recursos analíticos para que possam se situar como sujeitos históricos capazes de se organizar para enfrentar os problemas sociais. A ilusão de potência individual (pressupondo indivíduos racionais e autônomos) no mundo econômico, alimentada pela ideologia empreendedora, desconsidera o fundamento da produção de riqueza em sociedades capitalistas.

Um programa educacional ancorado em uma referência de crítica ao desenvolvimento capitalista parece ser o único caminho possível para, partindo da crítica à realidade existente e às tentativas de justificá-la, elaborar caminhos para superá-la. Para isso, é preciso, do ponto de vista prático e também teórico, forjarmos referências de luta contra a desorganização dos trabalhadores enquanto força coletiva capaz de interferir na disputa de poder e na reorganização profunda da sociedade e, conseqüentemente, contribuímos para a construção de sujeitos históricos. Não vemos como atingir tais objetivos sem uma compreensão crítica e coletiva dos processos de formação e ampliação do valor através da exploração do trabalho. Por isso, a concepção de empreendedorismo e educação analisada, na medida em que alimenta obscurantismos e mistificações em relação à dinâmica de funcionamento do capitalismo (ainda mais agudizadas em contextos de capitalismo periférico, como o brasileiro), não permite estabelecer um diagnóstico adequado da crise contemporânea e do sofrimento social que lhe é decorrente, nem avançar na organização para conquistar as transformações necessárias.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

Referências

ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115>. Acesso em: 23 jul. 2025.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. e021018, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.36219. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36219>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital. Boitempo Editorial, 2018.

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, David Romão; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A Educação Física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 656–680, 2020. DOI: 10.22481/rpe.v16i43.7024. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/7024>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BERNARDES, Ana Cristina Rodrigues; VOIGT, Jane Mery Richter. A empresarização escolar: reflexões sobre empreendedorismo e currículo. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 34, p. 111–125, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i34.1467. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1467>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 127, p. 53–68, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/180045>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CHAUI, Marilena. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2025.

DIEESE. **Boletim de Conjuntura nº 44** – outubro de 2024: Cenário favorável, apesar das adversidades. São Paulo: DIEESE, 2024a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2024/boletimconjuntura44.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Currículos socioemocionais e liderança: da mobilização coletiva à motivação do eu. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 50, p. e269220, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450269220>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. Expressão Popular: São Paulo, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

LACKÉUS, Martin. **Entrepreneurship in education**: What, why, when, how. OECD Publishing, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/ccac96a-en>. Acesso em: 11 mar. 2025.

LACKÉUS, Martin. What is value? – A framework for analyzing and facilitating entrepreneurial value creation. **Uniped**, v. 41, n. 1, p. 10-28, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18261/ISSN.1893-8981-2018-01-02>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. (Os economistas), vol. 1. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. (Os economistas), vol. 2. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988b.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SILVA, Renata Lopes da; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NADAL, Maria Domenica Christiano; GARCIA, Regiane Hartmann. Ensino comum nacional: princípios históricos e políticos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e023017, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v23i00.8668717>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **Governança corporativa na política educacional**: O papel da OCDE. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 123-146, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i31.4663. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4663>. Acesso em: 10 mar. 2025.

REIS, Luiz Henrique Fernandes dos; SHIROMA, Eneida Oto. Os determinantes do empreendedorismo da OCDE: ideologia neoliberal com nova roupagem. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 58–81, 2024. DOI: 10.63595/reis.v7i1.15888. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/15888>. Acesso em: 29 jun. 2025.

Sobre os autores

Potiguara Mateus Porto de Lima. Mestre em Educação pela Unicamp. Pesquisador do Grupo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS).

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Investigação, Metodologia.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1143062856825122>

Bruno Modesto Silvestre. Doutor em Educação Física pela Unicamp. Professor da Universidade de Pernambuco. Pesquisador do Grupo Grito, ESEF-UPE.

Contribuição de autoria: Conceituação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4930064350445706>

Como referenciar

LIMA, Potiguara Mateus Porto de; SILVESTRE, Bruno Modesto. Empreendedorismo e educação: o “valor” de uma força de trabalho (de)formada. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e17243, 202X. DOI: 10.22481/praxisedu.v22i53.17243